

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: a releitura de um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro

THE RISE OF PENTECOSTALISM IN AGRARIAN REFORM AREAS: a reinterpretation of a case study in the state of Rio de Janeiro

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da COSTA¹
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: A partir de uma pesquisa realizada na comunidade rural de Sebastião Lan II (Silva Jardim-RJ), entre os anos de 2002 e 2018, identificamos os novos papéis de lideranças religiosas pentecostais como mediadoras sociais. Considerando que a comunidade, resultante de ocupações, é constituída a partir de experiências de luta organizada, destacamos uma interessante forma de ressignificação da memória e o esvaziamento de espaços associativos tradicionais, que conferiram aos conflitos sociais o estatuto de conflitos morais. Assim, duas décadas depois da ocupação da terra, a ausência e a demora de regularização fundiária recriaram formas de precarização e vulnerabilidades. Apresentaremos pistas, sinais e evidências entre as formas de manifestação da religião pentecostal e a postura passiva do Estado, ao relegar/postergar suas funções de promotor da política de reforma agrária como um possível exemplo de “afinidade eletiva”.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Reforma Agrária. Religião.

Abstract: Based on research conducted in the rural community of Sebastião Lan II (Silva Jardim-RJ) between 2002 and 2018, we identified the new roles of Pentecostal religious leaders as social mediators. Considering that the community resulting from occupations is constituted from experiences of organized struggle, we highlight an interesting form of reframing memory and the emptying of traditional associative spaces, which conferred on social conflicts the status

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com vinculação aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade). Desenvolve atividades de pesquisa nos grupos Centro de Estudos Rurais do Paraná (CERU) e Observatório Fundiário Fluminense (UFF). Possui título de mestre e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Atualmente, coordena estudos e pesquisas por meio do Observatório de Conflitos Socioambientais – E-mail: rodolfolobato@ufpr.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6304-3831>.

of moral conflicts. Thus, two decades after the occupation of the land, the absence and delay of land regularization recreated forms of precariousness and vulnerability. We will present clues, signs, and evidence between the forms of manifestation of the Pentecostal religion and the passive stance of the State in relegating/postponing its functions as promoter of agrarian reform policy as an example of “elective affinity.”

Keywords: Social Movements. Agrarian Reform. Religion.

Introdução

Esta reflexão nasce a partir da releitura de um estudo de caso, da comunidade rural Sebastião Lan II, uma área destinada à reforma agrária, cuja especificidade refere-se ao afastamento do movimento social organizado e à ascensão da igreja pentecostal² como referência para mobilização política e simbólica. Localizada no município de Silva Jardim (RJ), a comunidade originou-se de uma ocupação de terras, anteriormente griladas, e permanece, há mais de duas décadas, sem regularização fundiária definitiva.

Este artigo pretende analisar as evidências de um processo de "esquecimento" e ressignificação de uma história de lutas, do esvaziamento de espaços públicos comunitários e do distanciamento de instâncias governamentais, a partir dos dados coletados, inicialmente, através de uma pesquisa-ação interdisciplinar, envolvendo quatro diferentes departamentos (sociologia, geografia, direito e engenharia agrícola). Em 2002, foi constituído um Grupo de Trabalho pela Reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo em vista solicitação de dois Ministérios (Desenvolvimento Agrário e do Ambiente), para responder a uma ação interposta contra o INCRA, no sentido de resolver conflito relativo à definição de uma área para interesse de reforma agrária, nas imediações de uma unidade de Conservação Integral.

Posteriormente, novas evidências foram acumuladas, através de diferentes projetos de extensão na comunidade, ao longo de duas décadas, onde situações singulares emergiram e passaram a ser configuradas como assessoria educacional e jurídico-popular. Essas demandas foram respondidas e se organizaram através do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) e do Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA).

² Sobre o campo religioso evangélico utilizamos como modelo as seguintes classificações, com referência em Mariano (2014, p. 24): “[...] das primeiras igrejas pentecostais estabelecidas no país, Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus, que são comumente denominadas de clássicas [...]”.

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Esse processo dinâmico configura a base metodológica da observação empírica deste artigo, que toma como referência a análise de um acontecimento contraditório, relativamente longo e em movimento real, que nos permitiu um olhar que vai desde a luta de ocupação até diferentes tempos e formas de sociabilidade. Destacamos que a condição de “acampamento” para “assentamento”, formalizado pelo Estado, nunca aconteceu, e os processos de autorregulação, num ambiente subalternizado, possibilitou a resistência como uma comunidade de produtores agrícolas de base familiar.

Este artigo, entretanto, não irá tratar das condições atuais e verificadas a partir da pandemia, uma vez que a pesquisa de campo se tornou inacessível e a equipe obteve apenas algum vislumbre decorrente de diálogos informais com membros da comunidade. Portanto, nosso universo de observação seguirá até o ano de 2018. Neste sentido, nossos dados foram reorganizados, a posteriori, e então trabalhamos com a hipótese de que a reinterpretação de conflitos sociais como conflitos morais pelas novas lideranças da comunidade indicava processos mais complexos, *locus* privilegiado para a observação sociológica.

A pesquisa desenvolveu-se entre os anos de 2002 e 2018, de modo intermitente, cuja singularidade a ser trabalhada neste artigo reside nos achados que apontam para uma mudança de posição social das igrejas, em especial a Igreja Assembleia de Deus³ localizada na comunidade, em relação às pautas e aos formatos de mobilização. Não pretendemos realizar uma revisão de literatura, nem construir um relato sobre mais uma "saga" de um messias ou pastor entre miseráveis, mas apenas nuançar a ambiguidade de processos sociais, através de uma experiência de não efetivação da reforma agrária, cujos contornos de uma sociabilidade imprevisível podem ser identificados.

São muitos os exemplos históricos da tensão entre religiosidade, conflitos fundiários e mobilização social. Mas, tratando-se do debate sobre a reforma agrária no Brasil, chama atenção a presença de lideranças religiosas nas disputas por hegemonia dentro dos movimentos sociais. Torna-se então necessário fazer algumas ressalvas, entre as quais um primeiro movimento entre os padres da teologia da libertação e os militantes do PCB, na segunda metade do século XX, que, apesar das diferenças ideológicas, levaram os movimentos sociais do campo para o debate

³ O fato de tratarmos da Assembleia de Deus no estudo de caso, nossa reflexão pode ser estendida a processos semelhante para orientações religiosas neopentecostais, católicas e outras orientações religiosas.

público, através de um processo de organização e sindicalização⁴ (Novaes, 1997), interpretando a luta por direitos sociais como ação positiva.

Em outro sentido, identificaremos sinais, na pesquisa de campo, de movimentos aparentemente guiados por uma nova “teologia”, cujos pastores pentecostais e neopentecostais, desde as primeiras décadas do século XXI, mobilizaram, nas áreas de reforma agrária espaços paralelos de debate e organização, esvaziando fóruns comuns (assembleias comunitárias e movimentos sociais). Nosso objetivo será compreender o processo de ressignificação do passado, que passou a reinterpretar as lutas coletivas com sinais negativos de desunião, priorizando estratégias individuais de sobrevivência e novas coletividades com aqueles próximos da fé.

Para tal desafio, o artigo divide-se em três partes: primeiro, a contextualização do campo, a metodologia e as primeiras pistas, em que apresentaremos a emergência de uma tensão com o movimento social organizado. Em seguida, desenvolveremos um pequeno ensaio sobre os “sinais” de conservadorismo e uma necessidade de desnaturalização da religião como expressão de retrocesso político. Por fim, descreveremos o que classificamos como evidências da ascensão das igrejas pentecostais como sujeitos ocultos e mediadores sociais paralelos.

1. Contexto e métodos

Por se tratar de uma análise a posteriori, ou seja, anos após a realização da pesquisa de campo, enfatizaremos uma descrição pormenorizada dos contextos a partir dos quais emergiram os dados, principalmente os cadernos de campo e as entrevistas construídas. Se, de um lado, há uma dificuldade em diferenciar o contexto da metodologia, de outro, destacamos esse artigo como resultado de uma prática acadêmica alicerçada na tríade ensino-pesquisa-extensão.

A formação de pesquisadores e cientistas sociais dentro do Observatório Fundiário Fluminense, entre os anos 2002 e 2018, ocorreu em paralelo à própria consolidação da comunidade de Sebastião Lan II. Reafirmamos a importância de um trabalho acadêmico que permita a identificação das mudanças de posições sociais entre os “sujeitos pesquisados” e os “sujeitos pesquisadores”. Em resumo, queremos demonstrar uma dialética de parceria e tensões

⁴ “Foi a Igreja/Povo de Deus que, na maioria das vezes, os anunciou [os trabalhadores rurais] à opinião pública, lhes ofereceu determinado contorno, retirou-os do isolamento ou da esfera dos “casos de polícia”, conferindo-lhes o estatuto de conflitos sociais” (Novaes, 1997, p. 133).

entre a formação de cientistas sociais e a comunidade rural, o que permite uma reflexão crítica sobre o papel da pesquisa acadêmica.

1.1. Contexto

O acampamento Sebastião Lan II surgiu em 1997, a partir de um movimento de ocupação de terras, sob a articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do sindicalismo rural (Fetag-RJ). Com o tempo, veio a se constituir enquanto comunidade rural que passou por toda sorte de conflitos: desde o enfrentamento com os latifundiários/grileiros, obrigando a ocupação a se fragmentar em três (Sebastião Lan I, II e III), até o embate com políticas preservacionistas, devido a sua insólita localização – o acampamento fica exatamente no entorno da Reserva Biológica (Rebio) de Poço das Antas, destinada à preservação do mico-leão dourado.

Diante da intransigência do órgão ambiental sobre a viabilidade da convivência de um assentamento de reforma agrária convencional com a Rebio, a solução encontrada, com a mediação da Universidade Federal Fluminense, foi a criação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável⁵ (PDS). Esse fato marcou a entrada no campo do autor desse artigo, em 2002. Duas décadas depois, com o abandono das políticas públicas na área, o acampamento acabou se constituindo com uma territorialidade própria, que já não se adaptava mais ao modelo do PDS, formalizado em 2005, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Um grande lapso temporal ocorreu entre a proposta inicial do PDS e o início dos trabalhos para a avaliação e regularização fundiária. Por exemplo: a Licença Prévia pelo órgão ambiental foi emitida em 2015, dez anos após a formulação do projeto. À instabilidade institucional, somou-se um modelo de PDS que interferia no tecido social estabelecido por duas décadas: a viabilidade do projeto passou a depender da mudança do desenho dos lotes, do número de ocupantes e até da distribuição das benfeitorias construídas. Por outro lado, a comunidade passava por profundas mudanças internas, em que a religião como realidade

⁵ A modalidade de PDS foi criada em 1999, com a intenção de conciliar os projetos de assentamento com os interesses ambientais. Inicialmente, seu modelo foi pensado para atender às especificidades da Região Amazônica, ao respeitar uma dinâmica florestal e social específica.

interveniente direcionou o entendimento comunitário para um padrão patrimonial (Madeira Filho; Ribeiro, 2019).

De acordo com conversas realizadas com servidores do Incra, o período que compreende os anos de 2007 a 2015, foi marcado pela presença/influência política do MST no interior da autarquia. De outro lado, houve um afastamento do MST de uma de suas bases sociais, o Sebastião Lan II, relatado em depoimento de uma liderança da comunidade: “Naquele tempo [2002-2003] que era bom, tinha a UFF, tinha às vezes a Emater, tinha o MST. Depois do Laudo, a UFF foi, acabou a assistência e o MST foi pro governo...” (liderança A⁶ da comunidade Sebastião Lan II, entrevistada em 2017).

A crítica ao movimento social tinha contornos mais complexos, que envolvia uma disputa por hegemonia contra o MST. Além da dificuldade de o movimento social acompanhar o processo por mais de duas décadas, havia divergências entre duas perspectivas de reforma agrária para o Sebastião Lan II. De um lado, a proposta do assentamento através do PDS (conjunturalmente identificada com o MST), que significaria a retirada da terra do mercado imobiliário ao titular por Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) da terra; e, de outro, um projeto de assentamento convencional, que forneceria o título da terra aos assentados, possibilitando formas de negociação e manutenção da comercialização das terras – tese defendida pelas novas lideranças emergentes.

Diante dessas duas modalidades de assentamento – a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e o Título de Domínio (TD) – evidenciava-se a delimitação de duas direções na comunidade. O CDRU, apesar de conferir um benefício, mantinha o Incra como detentor da propriedade, ou seja, o assentado asseguraria a posse, e não a propriedade da terra. Paula Pinto (2023), em entrevistas com as direções do MST, demonstrou os dilemas desse debate para o próprio movimento, tal como transcrito na entrevista realizada pela autora com um dos dirigentes:

[...] a gente teve muitos conflitos de entendimento. O MST não é contra a família assentada que deseja ter o título, o MST tem uma concepção sobre a titulação. Logo no início da aprovação da lei a discussão chegou nos assentamentos com falta de entendimento das pessoas de como isso seria realmente, a falta de informação sobre a lei da titulação. Falta de um debate político de isso ser bom ou ruim (Direção Estadual do MST/RJ, Rio de Janeiro, 05/12/2022 apud Pinto, 2023, p. 49).

⁶ As lideranças entrevistadas serão neste artigo identificadas por letras.

De acordo com os achados de pesquisa da autora da entrevista, a preocupação das lideranças do MST apontava para o caráter comunitário dos assentamentos diante do risco de perda da área para o mercado de terras. Tal cenário poderia criar um efeito de desestruturação com a execução de titulação definitiva, por meio da transferência da propriedade e a possibilidade de perda de finalidade da política de reforma agrária.

Destacamos que, no ano de 2017, o Governo Temer promulgou a Lei nº 13.465, que tinha como claro objetivo, entre outros, a regularização fundiária de imóveis ligados à reforma agrária, com o intuito de colocar no mercado as terras que haviam sido adquiridas através da luta dos movimentos sociais. Em 2019, o governo Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 910/2019, que instituiu um novo programa de regularização fundiária com os mesmos objetivos, ampliando a destinação desse estoque de terras. As duas iniciativas reforçam a cautela do MST.

Em 2013 (passados dez anos da primeira pesquisa), os pesquisadores da UFF foram convidados pelo Incra para acompanhar uma reunião formal, com a presença de autoridades técnicas do instituto e do próprio superintendente regional, no sentido de encaminhar o processo de implementação do PDS. Identificamos uma enorme resistência da comunidade à proposta – cenário diametralmente oposto ao que vivenciamos em 2005.

Percebemos, logo na chegada, uma espécie de campanha, com expressões que se repetiam em diálogos em torno da sede da Associação de Sebastião Lan II. Era um discurso que caracterizava o PDS como uma prática antidemocrática, uma “limitação da vida coletiva”, que tornaria os trabalhadores rurais “reféns do Incra e do ICMBio”. As conversas de bastidores eram elaboradas no sentido de desqualificar o PDS e gerar inseguranças, dizendo, por exemplo, que todos perderiam o direito de vender a terra para ter uma “velhice com conforto” (liderança C). Entre ouvidos, dizia-se: “PDS é coisa do MST” (frase repetida por três lideranças da comunidade – A, C e E).

A expressão “coisa do MST” ou de “gente do MST” delimitava uma fronteira. Havia uma associação entre a ideia de PDS, o MST, à coletivização, à administração do Estado – e essa foi nossa primeira pista de investigação. Se, por um lado, havia receios quanto ao retorno do movimento social organizado, havia, por outro, o temor de que a estrutura legal do Estado pudesse comprometer o processo sucessório e a receita proveniente da renda da terra captada

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

através da venda dos lotes ou das práticas comerciais paralelas⁷. Esse temor era compartilhado por setores internos determinados, em especial de grupos relacionados com um modelo de desenvolvimento agrícola produtivista/convencional e/ou através de redes comerciais ou de ajuda mútua, que tinham entre seus principais nomes ex-pastores das igrejas pentecostais localizadas em Sebastião Lan II.

A presença de igrejas pentecostais e pastores como mediadores sociais fez com que buscássemos outras referências que relacionassem essas confissões religiosas e a efetivação da política de reforma agrária. Paulo Freire Mello (2008) procurou compreender as relações sociais que podem ou não ter relação com os processos de evasão, em dois assentamentos. Essa pesquisa constatou a importância da religião como forma de revitalização das relações de reciprocidade. O estudo de caso também identificou a presença de representantes da Igreja Assembleia de Deus em oposição ao MST, tal como descrito:

A associação formada está se configurando como grande instância de poder dentro do assentamento, provocando uma disputa por esse novo e rentável espaço de mediação. Essa disputa conta com a participação de duas principais forças que agem dentro do assentamento: o MST, que embora cada vez mais enfraquecido, ainda controla a assistência técnica, chave para obtenção de recursos, e a Assembleia de Deus, pois o encarregado da Igreja na localidade foi eleito presidente da Associação, mesmo que os evangélicos sejam minoria, quando comparados com os católicos (Mello, 2008, p. 603).

Tanto no trabalho citado como em Sebastião Lan II, há semelhanças quanto à temporalidade de longa duração da luta, que tem produzido um efeito perverso de ressignificação dos espaços de organização. Com o passar do tempo, a saída de lideranças do MST da centralidade da disputa sinalizou um processo de transição. No novo cenário, a entrada de igrejas pentecostais (com maior presença da Assembleia de Deus) e evangélicas históricas (Batista) na área tinha transformado a história de luta numa espera pela “terra prometida” (expressão repetida por muitos interlocutores no campo). Os novos discursos se apropriaram do tempo do sagrado, onde a espera se faz com menos ações e mais orações. Configura-se, portanto, um novo tempo na ocupação; novas lideranças despontaram e a religiosidade parecia oferecer um novo modo de interpretação da luta.

⁷ Por práticas comerciais paralelas entendemos atividades desenvolvidas nas fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, característica de uma população sem regularização fundiária ou cidadania plena. Por ora, enfatizamos a constituição de pequenos negócios não passíveis de serem legalizados em uma área de reforma agrária.

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Em outro trabalho, Fábio Py e Marcos Pedlowski (2020), com o objetivo de investigar a intensa mobilidade religiosa no assentamento rural de Zumbi dos Palmares (RJ), identificaram nesse território uma diversidade de experiências cristãs. Lá, assim como no nosso caso de estudo, também constataram a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Batista, essa última ligada apenas ao histórico do assentamento.

No presente estudo, fica evidenciado que um processo complexo de mobilidade religiosa pode estar ocorrendo também no assentamento de reforma agrária, processo este que (quase sempre) pende em direção do Pentecostalismo. Esta hipótese se baseia na existência de uma dinâmica de mudança religiosa complexa do catolicismo ligado à Teologia da Libertação, proeminente na década de 2000, para modulações pentecostais (Py; Pedlowski, 2020, p. 848).

Em um terceiro estudo, Oliveira (2014), ao investigar o processo de territorialização que se efetuou nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, identificou situações de crises e conflitos diante da diversidade religiosa. Lá, como no caso de Sebastião Lan II, apesar da proibição de construção de capelas em lotes individuais, as Igrejas evangélicas fizeram uso desse subterfúgio para a construção de espaços sagrados de culto sem a devida autorização do órgão competente. No caso relatado por Oliveira, que se relaciona com nossa hipótese inicial, o dilema no assentamento gaúcho ocorreu justamente sobre a localização da capela católica, ou ecumênica, a partir de um debate coletivo – debate coletivo que não ocorreu de forma prévia e pública na construção da igreja pentecostal.

Entre os anos de 2002 e 2018, em diferentes momentos e tempos dessa longa jornada de tensões entre o Estado (Incra/Ibama/ICMBio) e a comunidade, pretendemos apresentar alguns "achados", "pistas", "sinais" ou "indícios" de variadas formas de atuação e de experiência realizada pela comunidade de Sebastião Lan II. Elementos que serão trabalhados neste artigo como sínteses de processos sociais ou, mais especificamente, na articulação entre a influência religiosa e as questões fundiárias dentro do simulacro de uma comunidade rural "com menos conflitos sociais e mais empreendedora".

1.2. Métodos

A presença da universidade, no caso em específico, apesar de conduzida ao longo de quase duas décadas de modo intermitente, teve dois momentos mais relevantes de pesquisa, o primeiro de 2002 a 2005; e o segundo, de 2014 até 2018. Esse recorte se faz necessário para

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

que se possa compreender o lugar de pertencimento diante da comunidade. As motivações das intervenções colaboraram e interferiram na mudança de posições sociais.

A primeira experiência (2002-2005) aconteceu através de um convite do Incra, e foi circunscrita em termos de objetivos, metas e prazos para a formação e coordenação, via grupo de estudo especializado. No ano de 2002, a universidade ficou em evidência como agente harmonizador do conflito, autorizada pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) para solucionar o conflito entre o Ibama e Incra. Para atender essa demanda, houve a formação uma equipe (GT Ecosocial), que culminou na produção de um laudo multidisciplinar sobre o conflito socioambiental (Madeira Filho; Ribeiro; Pereira; Prata Filho, 2007).

A segunda experiência (2014-2018) foi caracterizada como uma reação diante das seguintes medidas: a Portaria do Incra que criou o PDS Sebastião Lan II, a Licença Prévia e a uma Nota Técnica. Nesse sentido, assustados com a possibilidade de despejo e com a possível demolição de uma infraestrutura a duras penas construída (casas, uma Igreja e a sede da Associação), a universidade foi procurada pelos trabalhadores rurais. De imediato, a solicitação de ajuda foi encaminhada para a Defensoria Pública da União, pois a Universidade, que já sofria de uma redução de recursos, não tinha então condições de prestar uma assistência jurídica direta (Lobato da Costa; Madeira Filho; Ribeiro, 2021; Lobato da Costa, 2018).

A Defensoria, em diálogo com as lideranças da comunidade e com a UFF, resolveu mover uma Ação Civil Pública (ACP), visando sustar os efeitos da portaria que criara o PDS. Em consequência da ACP, a UFF foi indicada como *amicus curiae* (amigo da corte), figurando como um terceiro elemento que demonstra interesse na causa. Esse momento representou uma mudança de posicionamento da UFF no processo de criação do PDS. Surgiu, assim, a proposta de assessoria direta aos membros da ocupação, possibilitando uma segunda prática de pesquisa-ação (Brandão, 1999).

Nesse artigo, como terceira prática de investigação, utilizaremos o paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) como caminho de investigação para a construção de uma verdade provável. Para tal temos o desafio de analisar, principalmente, os dados levantados na segunda experiência de pesquisa (2014-2018). Trata-se de uma probabilidade de conhecimento sociológico que surgiu da pergunta sobre uma suposta “afinidade eletiva” ou “simbiose cultural” entre formas de manifestação da religião pentecostal e a postura passiva do Estado ao relegar/postergar suas funções de promotor da política de reforma agrária.

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Para este artigo, a coleta de informações ocorreu através da releitura das conversas com as três últimas lideranças da comunidade, elementos presentes em cadernos de campo no convívio com as famílias, gravação de eventos da comunidade e reuniões, entre os anos de 2014 e 2018. As lideranças serão identificadas por letras. Priorizamos aqueles que estiveram na direção da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan II, seja na função de presidência ou nas secretarias ou tesouraria. Nesse sentido, houve três gestões (lideranças A, B e C), em que os demais entrevistados (D, E, F) colaboraram na composição, em funções subordinadas.

Para compreender esses eventos, fez-se relevante rever o conceito *Wahlverwandtschaft* (“afinidade eletiva”), desenvolvido por Max Weber em “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1999). Apesar de demonstrar a existência de elementos convergentes e análogos entre a ética religiosa e um comportamento econômico, o método weberiano não isenta os pesquisadores para um refúgio de uma ousada “hipótese de cima para baixo”. Há a necessidade de reconstruirmos as etapas intermediárias a partir da experiência da pesquisa, destacando os motivos psicológicos individuais dos sujeitos atuantes e as conjunturas históricas dos conflitos em destaque, tensionando agência e estrutura.

Utilizamos, de forma complementar, os instrumentos analíticos do materialismo histórico e dialético, debatidos por Michael Löwy (2014). O autor chama atenção para a possibilidade de uma “simbiose cultural”, noção que nos apropriamos para compreender as pistas levantadas entre um perfil de agricultor presente no imaginário do agente do Estado, e uma ética evangélica que passou a organizar a vida comunitária. Nesse sentido, tanto a noção de “afinidade eletiva” como de “simbiose cultural”, nos permitiu reinterpretar uma certa posição conformista que pode fazer o imaginário popular se sentir “adequado” ao mundo, “aliviado” da necessidade de estar lutando e se contrapondo.

2. Sinais e reflexões sobre conservadorismos

Nas idas a campo entre 2002 e 2018 assistimos a um processo gradual de emergência de um conservadorismo na comunidade. Seja esse conservadorismo estético (na forma de se vestir das mulheres), ou na criação de divisões internas da comunidade (o público do bar e o público do culto), ou nas mensagens religiosas fixadas nos postes, que, com o tempo, foram superando as mensagens de reuniões e convocando para assembleias comunitárias. As

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

metáforas religiosas aumentaram na razão inversa da participação dos moradores de Sebastião Lan II nas assembleias; percebíamos um esvaziamento dos espaços da Associação.

Vale sublinhar que houve uma mudança demográfica ao longo desses anos em Sebastião Lan II, com a entrada de novos moradores, saída de ocupantes originários e um crescimento de fiéis da Assembleia de Deus, em detrimento de outras religiões anteriormente identificadas (católica; batista; luterana). Assim, fez-se nítida uma mudança na correlação de forças internas e na composição social da comunidade. Determinadas lideranças históricas da ocupação, depois de vinte anos, “passaram” seus lotes (liderança D - católico); outros “cansaram” (liderança B – sem filiação religiosa identificada); e alguns se reorganizaram, aceitando e se “acomodando” (liderança C - luterano) para aceitar as novas dinâmicas com o fito de “viabilizar a comunidade” (lideranças A, E e F – pentecostais e batista).

Esse processo de construção de uma nova direção política, com os "cultos" e a Igreja como centro gravitacional significou uma substituição ideológica, organizativa e pedagógica da noção de cidadania produzida pelo movimento social organizado. As narrativas em torno da “coesão” e “harmonia” passaram a ser guiadas por práticas e “soluções de sobrevivência”. Mas essas “soluções” procuravam reorientar os debates para questões como “alcoolismo”, “casamento”, “paternidade” e “empreendedorismo”.

De forma paralela, os pastores e outras lideranças religiosas emergiram como autoridade “paternal”, ressignificando um território de lutas como uma “irmandade”, que forma uma rede de acesso ao mercado da sobrevivência, subsistência e empreendedorismo. Os cultos, nesse contexto, tiveram o efeito de reduzir as dissonâncias na medida em que sobrevalorizavam “os próximos da fé”, dos distantes frequentadores dos “bares” e das “brigas”.

Mas, de uma perspectiva histórica, um certo exercício da fé cristã, através do trabalho social em prol das classes subalternizadas no Brasil, floresceu como um movimento designado “Esquerda Cristã”, a partir de 1960. Para Löwy (2016), os cristãos brasileiros teriam selecionado as manifestações mais heterodoxas e radicais do catolicismo, exercendo influência social nas práticas e na narrativa formadora de sua existência enquanto movimentos sociais organizados. O elemento comum das diversas manifestações católicas francesas que serão utilizadas, nesse momento, seria: uma crítica ético-religiosa do capitalismo como sistema “intrinsecamente perverso” (Löwy, 2016, p. 235).

Essa associação entre a fé cristã e a crítica social também aparece em Regina Novaes (1997), quando lembra-nos que Francisco Julião já destacava a importância da Bíblia que, ao

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

lado do Código Civil, servia para recrutamento e mobilização dos trabalhadores. Prática responsável não tanto para tornar profana a evocação da Bíblia, mas, pelo contrário, para sacralizar as leis, os códigos e os direitos.

Além da presença de católicos, as Ligas camponesas tinham como lideranças trabalhadores “crentes”, entre os quais João Evangelista. Em um episódio, em que foi preso, ao ser indagado sobre sua vinculação ao Partido Comunista, João afirmou que era “crente” e respondia às perguntas dos policiais citando trechos da Bíblia. Novaes (1997) destacou como a conversão religiosa evangélica significava, naquela conjuntura, uma ruptura no âmbito da interiorização das relações de dominação. Isso aconteceu na medida em que houve uma ruptura da igreja da ordem e do latifúndio, que representava o catolicismo, para muitos trabalhadores rurais.

Tornar-se crente [...] implicava em romper com a tradição católica, contrapor-se às referências culturais do próprio grupo e enfrentar-se com os mecanismos acionados pelos padres para combatê-los. [...] os “crentes”, geralmente ex-católicos, recém-convertidos auxiliados pelas próprias características da religião que adotaram, faziam uma integração entre universo religioso e político, sentindo-se perseguidos, em luta “com os poderes de Deus” (Novaes, 1997, p. 76).

Dada a complexidade do tema, é importante o cuidado para explicitar as particularidades da noção de “conservadorismo”, ao não associarmos automaticamente a uma prática religiosa específica. Esse debate se justifica, pois, grande parte dos integrantes da comunidade de Sebastião Lan II falava abertamente que, na eleição presidencial de 2018, votariam no candidato Jair Bolsonaro, que por diversas vezes, declarou ser contra a reforma agrária, mas, por outro lado, reafirmava seu compromisso com a religião. Esses votos eram justificados por alguns eleitores na comunidade pela sua proximidade com um discurso cristão.

Em analogia, vislumbramos que certos bolsões de conservadorismo popular podem significar formas de resistências à racionalização da vida pelo capitalismo ou pela modernidade. No nosso estudo de caso, precisamos compreender a gradual retração, para o mundo privado de certos espaços de debate anteriormente públicos. Em análise similar na história, estudando o caso dos camponeses de Vendeia durante a Revolução Francesa, Barrington Moore (1975) destacou como houve uma mudança de posição política na direção de uma contrarrevolução. Os camponeses daquela região francesa não se preocupavam com a democracia em si; queriam garantias efetivas quanto à propriedade e à posição social conquistada, uma garantia contra qualquer redistribuição das terras.

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

[...] [os camponeses] já tinham alguns dos principais benefícios da propriedade privada. Não estavam sujeitos às decisões coletivas da aldeia, sobre a época de lavar, semear e colher, e de soltar o gado nos campos depois de terminada a colheita. [...] E, se fosse um bom arrendatário, podia transmitir a terra à geração seguinte. O individualismo e a independência (...) dos camponeses da Vendaia não são, provavelmente, apenas um lugar comum literário, pois tinham fortes raízes na ordem social da zona rural com a sua propriedade quase privada e as suas casas largamente afastadas (Barrington Moore, 1975, p. 125-126).

Perguntamos, qual a relação entre essa memória da Revolução Francesa, os debates sobre conservadorismo e o caso de Sebastião Lan II? Em 2014, o Incra publicou uma portaria criando o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sebastião Lan II, com a capacidade de abrigar 44 famílias. Assustados com a possibilidade de despejo (das famílias excedentes, cerca de 25) e, também, com a possível demolição de uma infraestrutura construída (casas, uma Igreja e a sede da Associação), fomos procurados(as) pelos trabalhadores rurais. Essa solicitação de ajuda foi encaminhada para a Defensoria Pública da União. Nesse novo cenário, descobrimos que estávamos diante de uma comunidade rural que encontrou, nas redes constituídas pelas igrejas locais formas de sobreviver “sem o Estado” e “sem a sua plena cidadania”.

3. Evidências de uma Igreja pentecostal como mediadora social "paralela"

Em outubro de 2016, em reunião na sede do Incra-RJ (centro da cidade do Rio de Janeiro), estávamos presentes (um grupo de pesquisadores da universidade), duas lideranças da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan II, uma moradora da comunidade, e um "motorista" que não conhecíamos. Durante toda a reunião, esse "motorista" ficou em silêncio. Quando perguntamos sobre sua análise da reunião, ele disse simplesmente que estava ali apenas para levar as lideranças: “sou motorista só” (sic). Intrigados com a situação, questionamos em qual lote ele estava e descobrimos que ele não morava na comunidade, mas apenas pregava nos cultos da igreja localizada no acampamento.

Até 2018, existiam duas igrejas da Assembleia de Deus em Sebastião Lan II que, segundo o motorista/pastor, representariam “regionais diferentes” (uma de Casimiro de Abreu e a outra de Rio das Ostras). Ou seja, aparentemente, existia uma disputa interna dentro do assentamento de correntes da própria Assembleia de Deus. As lideranças que estavam na

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

reunião frequentavam a igreja desse pastor, mas afirmavam ter mais proximidade com uma Igreja Batista, que se localiza no centro da cidade de Casimiro de Abreu, fora da comunidade.

Em relato de campo de uma pesquisadora do OBFF, para seu trabalho de conclusão de curso em ciências sociais, havia pistas que, na época, passaram despercebidas. As redes de solidariedade, que pareciam estar presentes apenas em momentos de crise na comunidade, como inundações, começaram a fazer parte do cotidiano de mobilização e organização. Recebemos o seguinte relato das transcrições do seu caderno de campo para o Trabalho de Conclusão de Curso:

Durante minha presença no acampamento, houve a visita de um grupo de religiosos até a casa onde eu estava. Minha participação durante a oração foi importante para demonstrar respeito ao “sagrado”. Tanto os infortúnios quanto os benefícios, são atribuídos a uma superioridade divina, sendo justificado pela “vontade de Deus”. Desse modo, o discurso religioso está, também, associado às diversas situações cotidianas, sendo a mulher uma importante ferramenta da “obra de Deus” para alcançar os benefícios para a família e todo seu conjunto de atividades (Santos, 2016, p. 35).

Em outro momento – na festa de aniversário da comunidade em 2016 – ficou evidente a influência e o campo gravitacional exercido pela igreja pentecostal em Sebastião Lan II. Em vez dos tradicionais discursos sobre as histórias de ocupação, realizados normalmente pelas lideranças do MST, escutamos o discurso – para nossa surpresa – daquele mesmo “motorista”, agora já identificado e reconhecido como pastor da comunidade. Nas preces e referências à Bíblia, o pastor e sua esposa foram responsáveis por guiar as reflexões. E, claro, diante desse novo ritual de comemoração, os símbolos referenciados no “ocupar, resistir e produzir” perderam espaço para as orações. Tal como transcrito:

Vamos orar ao Senhor: Soberano Deus e eterno Pai [...]. Só o Senhor pode nos guardar, só o Senhor pode nos proteger, só o Senhor pode nos dar livramento e é o Senhor que tens feito nesse lugar, guardando este povo, meu Senhor. Pai nosso Te agradecemos e Te glorificamos e eu peço Sua bênção especial por cada um que aqui está, àqueles que Te conhecem e também os que não Te conhecem, meu Senhor. Eu entrego nas Tuas mãos, em nome de Jesus, Amém (discurso da esposa do pastor, 2016).

A referência à ajuda divina diante da inundação provocada pelas últimas chuvas daquele ano somou-se à dor da perda de um lavrador, que morreu afogado na área que compreende o assentamento Sebastião Lan I (as duas glebas são divididas pelo rio São João). Mas a dor pela perda da produção e pela perda dos bens materiais davam sentido e organizavam os sofrimentos

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

para uma nova relação com a terra, como uma missão evangelizadora. No discurso principal, pronunciado pelo pastor, foram nítidos os sinais de “uma terra prometida”:

Chama atenção aqui um pouco irmão, que vocês não deixam de colocar Deus em primeiro plano, de agradecer a Deus, de perguntar ao Senhor: "Senhor, pra minha safra ser boa eu preciso que o Senhor nos ajude. Porque senão a gente plantamos e chega num tempo, sabe, que a gente achamos que vamos colher, a terra não corresponde por esse momento que a gente imagina e planeje (sic). E, naquela época, não era diferente. Deus sempre castigava Israel, porque Israel sempre esquecia de lembrar do Senhor. E às vezes Deus permitia que algo acontecia naquele lugar. Pois bem, mas o Senhor sempre usa de misericórdia. Por isso Deus usou Neemias, e que fosse reconstruir de novo Jerusalém e a cidade (discurso do pastor, 2016).

Segundo Gardner (2005), um intérprete da Bíblia, o personagem dos Neemias foi o governador em Jerusalém. Sob o reinado do imperador persa Artaxerxes (464 a 424 a.C.), coordenou a reconstrução dos muros de Jerusalém. Essa obra de reconstrução dos muros de Jerusalém permanece como um exemplo de perseverança. Mas, para além do muro físico, Neemias se preocupou com o fortalecimento religioso. A reconstrução dos muros de Jerusalém precisava ser acompanhada por uma reforma no estilo de vida – elemento que faz da análise desse discurso se destacar.

Pois, outro personagem bíblico desse mesmo período, omitido no discurso do pastor, foi essencial nessa reconstrução, trata-se de Esdras (Gardner, 2005). Uma omissão que, agora, anos depois do discurso, vislumbramos como um indício de uma nova construção narrativa. Pois o papel desse personagem bíblico foi justamente de verificar as condições religiosas e morais do povo. Assim, há uma nova construção de sentidos que vem a se impor diante de uma transição em curso de lideranças em Sebastião Lan II. Ou seja, saiu o MST e entrou a igreja pentecostal como uma nova mediadora social. E o pastor continuou seu discurso:

Antes de você abastecer os seus celeiros, colher a sua safra, antes de você... faz o seu voto com Deus. E outra coisa irmãos, que Neemias chamou a atenção daquele povo, seria a hora deles fazer o sacrifício ao Senhor, porque a ordenança de Deus naquela época, que a terra produzisse seis anos e que um sétimo ano é de ordenança de Deus que não se plantasse nada, que a terra teria um período para descansar. Hoje nós não respeitamos mais essa regra de Deus. Mas se nós trabalharmos diante da palavra de Deus, e com a permissão Dele, Ele vai entender a nossa situação, e que nós precisamos do cultivo da terra, precisamos da alimentação que a terra nos produz, mas pra isso irmão. Mas pra isso, irmão, [...] se Ele não tiver com a mão realmente acontece às vezes coisas como tem acontecido, nem só aqui como em muitos lugar (sic) (discurso do pastor, 2016).

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Nesse ponto, há uma convocação geral para uma comunhão com Deus, mas também uma comunhão com a natureza, através de uma nova sacralidade, de uma ligação triangular entre “a palavra de Deus”, o trabalho e a terra. Ensinaamentos esses que reinterpretavam a tragédia ocorrida (a inundação) não mais como uma falta de investimentos públicos, ou como um problema sobre o gerenciamento da represa à montante (Represa de Juturnaíba), das chuvas cíclicas, da interferência do homem sobre o meio ambiente, mas, principalmente, da vontade de Deus. E o pastor continuou:

Neemias trabalhava no palácio do rei Artaxerxes, nesse período que Neemias trabalhava no palácio sempre alguém vinha e trazia notícias para ele de como estava a cidade, e, um belo dia, Ananias chegou até Neemias, e Neemias perguntou: "Vai tudo bem lá em Jerusalém, com a nossa cidade?" E Ananias: "Não, não vai tudo bem." E ele perguntou: "Por que?". "Porque a nossa cidade foi devastada. Acabaram com tudo, destruíram tudo". Por isso Jerusalém foi saqueada, por permissão de Deus Neemias começou a pregar um jejum para poder restaurar a cidade de volta. [...] quando foi um belo dia ele não conseguiu conter as lágrimas e nem conter também o seu sofrimento. Quando ele se apareceu diante do rei e Artaxerxes: "o que é isso que está acontecendo com você, por que você descaiu seu semblante?". "Porque, na verdade, eu não tenho como sorrir, meu rei, se os sepulcros dos meus pais, toda a minha cidade foi destruída e não sobrou nada. E eu estou aqui vendo minha cidade sendo destruída, e eu, a minha vontade, é reconstruir de novo". E aí a Bíblia fala que Artaxerxes, ele deu autorização a Neemias, enviou uma carta para o rei de Jerusalém, para que liberasse Neemias que trabalhasse em prol da construção dos muros e restituir a cidade. irmão, o que eu quero dizer com isso? Nós sabemos que a luta de vocês, desse povo aqui do Varjão é muito grande, muitas vezes vocês planejam tudo, faz a plantação de vocês e de repente vocês passa por uma devassa muito grande como aconteceu há poucos meses atrás. E hoje vocês tão plantando a terra de novo, num cultivo de plantar, e sabemos da destruição que teve aqui nesse lugar. Aonde vocês perderam tudo, muitos aqui estão começando do zero, né?! E hoje vocês estão aqui na condição de propor essa festa. Agradecer a Deus por essa oportunidade, que hoje é o aniversário aqui da Comunidade aqui. E eu louvo a Deus, irmão, porque vocês não esqueceram realmente que o Senhor Ele pode mudar a história desse lugar. Nós sabemos que vocês são bem acolhidos pela Secretaria, pela... por... pelo pessoal do MST, que tem ajudado, tem apoiado, nós sabemos que a Secretaria também daqui do município tem investido, tem ajudado um pouco, mas é bem verdade quem tem o cultivo da terra, quem tem o poder sobre a terra é Deus (discurso do pastor, 2016).

O “ato falho” no momento de referência ao MST – o esquecimento ou a dúvida na citação – aparece como um sintoma a ser analisado. Talvez pela presença de pesquisadores da universidade, ou mesmo de algumas lideranças mais velhas da comunidade no momento da oração, tenha gerado algum constrangimento para se sentir obrigado a citar o MST. De qualquer forma, é difícil e arriscada uma análise psicanalítica, mas fica nítido, no discurso, a necessidade de colocar essa referência no passado como um elemento acessório para a conquista da terra.

O nome Neemias tem origem hebraica, que significa “aquele confortado por Deus”. A evocação do pastor, num momento de reafirmação de uma nova liderança nos assentamentos

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

rurais da região, coloca-nos o desafio de compreender uma nova ética em construção. Uma ética associada ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que passa a orientar a comunidade pelos preceitos de uma “Teologia da Prosperidade”, conforme caracterizado a seguir:

Com promessas de que o mundo seria o locus da felicidade, prosperidade e abundância da vida para os cristãos [...] a Teologia da Prosperidade veio a coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias igrejas pentecostais aos valores e interesses do “mundo”, isto é, à sociedade de consumo (Mariano, 2014, p. 149).

Tal descrição de Mariano, referenciada no crescimento das populações pentecostais e neopentecostais nas grandes cidades urbanas brasileiras, pode colaborar na compreensão das dinâmicas religiosas nos projetos de assentamentos criados a partir do final do século XX. Tais ocupações emergiram, em especial no Rio de Janeiro, com sujeitos oriundos de regiões das periferias das regiões metropolitanas, como ocorreu no caso do Sebastião Lan II.

De uma perspectiva da produção, destacamos o acesso dos trabalhadores rurais aos mercados regionais, a partir da criação de MEIs (Microempreendedores Individuais) para venda de seus produtos. Do ponto de vista das criações, identificamos a presença do gado – uma constante em toda comunidade –, principalmente através de um dos ocupantes, que também já foi um dos pastores da igreja Assembleia de Deus de Sebastião Lan II. Tornou-se razoavelmente comum o arrendamento de pastos para o gado indivíduos de fora da comunidade, em uma perspectiva de propriedade privada *stricto sensu*, mesmo com a proximidade da Rebio e de todas as limitações que essa condição representa. O “empreendedorismo” desse grupo religioso interno veio a ser alvo de questionamentos do Incra, mas é aceito pela comunidade.

Esse novo cenário de Sebastião Lan II, com a entrada de igrejas na área tem induzido a práticas políticas paralelas ao espaço público antes ocupado pela Associação, cadeias produtivas marginais ao mercado (em redes viabilizadas pelas comunidades pentecostais) e um ordenamento territorial fora do controle dos órgãos oficiais, como o Incra. Assim, constroem-se novas formas de sociabilidade, novos valores e uma emersão de novas referências políticas.

Considerações Finais

A recusa ou o afastamento das atuais lideranças de Sebastião Lan II em relação às orientações do MST podem ser interpretadas apenas como expressão de conformismo ou de

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

conservadorismo? Quais as relações entre a ascensão das lideranças pentecostais e o esvaziamento dos espaços da Associação da comunidade? São perguntas complexas e parecem estar em sintonia com algumas análises realizadas por Ricardo Mariano (2014), principalmente quando descreve um determinado significado do “papel de plateia”:

É notório que os crentes pentecostais são enormemente participativos no que diz respeito à frequência aos cultos (...) Mas o fato é que tal empenho e assiduidade nas atividades religiosas não se tem convertido, por exemplo, numa maior participação civil dos evangélicos. Sinal de que, além de não promover a mobilidade social dos crentes, participação (...) não tem contribuído para fortalecer as frágeis democracias latino-americanas (Mariano, 2014, p. 186).

A aparente “despolitização” das lideranças, e a suposta falta de normas organizativas do território “permitiu” o ingresso de novos membros na comunidade. Um dos critérios para a avaliação de aderência dos novos membros, aparentemente, reacendeu o mito de um assentamento com bases cristãs, que não é uma novidade, mas alimenta uma série de questões. Entre as quais, destacamos a construção de redes de comercialização e de uso do território com fins especulativos e políticos.

A relação entre o conformismo e a utopia surgiu como uma provável resposta a um cenário autoritário, de ausência de democracia, da ausência do poder público no ordenamento do território. Eis que, a partir de um estudo de caso, em Sebastião Lan II, e com o aporte teórico de Marilena Chauí (2014), podemos contemplar as ambiguidades como base epistemológica para apreensão e reelaboração teórica da experiência real. Uma ambiguidade característica de um Estado que reproduz diferentes formas de autoritarismos, diferentes formas de subalternidades⁸.

Esse artigo buscou refletir sobre o esvaziamento das instâncias tradicionais de organização social em uma comunidade de reforma agrária, a partir da emergência das igrejas pentecostais como mediadoras sociais paralelas. A partir do estudo de caso da comunidade Sebastião Lan II, observou-se uma transição gradual de formas de mobilização coletiva baseadas na luta por direitos — como aquelas protagonizadas pelo MST — para formas de organização centradas na fé, na moralidade e na experiência religiosa cotidiana.

⁸ “Essas religiões [populares] se oferecem não só como paliativos para as desgraças reais de um cotidiano percebido como sem saída [...], mas também como elaboração realista e consciente das adversidades do cotidiano, funcionando como polo de resistência numa sociedade em que a cidadania foi recusada para a maioria e em que a opressão é a regra da existência social das camadas populares [...]” (Chauí, 2014, p. 72).

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

A hipótese interpretativa desenvolvida — inspirada na noção weberiana de afinidade eletiva e na proposta de simbiose cultural trabalhada por Löwy — nos permitiu analisar a convergência entre a atuação do Estado em sua forma omissiva, e a consolidação de valores religiosos conservadores. Essa convergência não se deu de maneira mecânica, mas foi historicamente construída, marcada por disputas, contradições e ambivalências entre estratégias de sobrevivência, expectativas de regularização fundiária e projetos de futuro.

Ao longo do texto, evidenciamos que a não realização da reforma agrária não representou um vácuo de sociabilidade, mas, sim o terreno para a reconfiguração de vínculos comunitários em moldes distintos daqueles propostos inicialmente pelos movimentos sociais organizados. O discurso religioso, nesse contexto, aparece como chave de interpretação da experiência social, ressignificando conflitos materiais como provações morais e construindo uma nova ética do trabalho, da terra e da obediência.

Nesse sentido, a despolitização não se dá pela ausência de organização, mas por sua reorientação simbólica. A substituição das assembleias comunitárias por cultos, dos debates públicos por grupos de orações, e das reivindicações por resignação, indicam não apenas uma acomodação, mas a produção de um novo projeto de mundo — menos pautado nas evidências de injustiça, mais normativo e profundamente enraizado em valores religiosos.

A análise do caso de Sebastião Lan II nos permite problematizar os limites da atuação estatal e a capacidade de reinvenção das formas de poder em territórios marcados pela ausência de direitos. Sugere, ainda, que o campo da sociologia jurídica deve atentar-se para os modos como a fé, a moralidade e o ressentimento podem se constituir em dispositivos de regulação social em cenários de precariedade e abandono institucional.

Por fim, a presença das igrejas pentecostais como mediadoras sociais não pode ser vista apenas como um fenômeno religioso, mas como uma resposta à insuficiência do Estado e às promessas não cumpridas da reforma agrária. Esse deslocamento das referências políticas para as referências espirituais nos convida a repensar o papel das instituições, a centralidade dos afetos e a dinâmica contraditória entre conformismo e resistência nas experiências populares contemporâneas.

Há, nesse contexto, espaço social e político para lideranças religiosas oferecerem cuidado, abrigo, assistência, proteção e direção. O discurso sobre a inexistência de um perfil apto de agricultor para a reforma agrária, propagado por vezes por técnicos do Estado, carrega o estigma da reprodução de assentamentos que podem, apenas, mimetizar as lógicas do mercado

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

e das periferias. Infelizmente, o papel ambíguo das políticas públicas que não se efetivam pode vir a reeditar antigas relações de poder no campo, recriando, assim, uma “afinidade eletiva” para a influência de diversas organizações, religiosas ou políticas, que transformam a situação de limbo social numa promessa de regularização fundiária *sine die*.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GARDNER, Paul. **Quem é quem na Bíblia Sagrada**. São Paulo: Editora Vida, 2005.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOBATO DA COSTA, R. B. M.; MADEIRA FILHO, W.; PEREIRA, M. C. B.; PADRA FILHO, D. A.; RIBEIRO, A. M. M. Paradoxos entre a reforma agrária e a regularização fundiária. In: _____. (Orgs.). **Laudo multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso do assentamento Sebastião Lan II no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. p. 259-279.

LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M. **Estudo de caso sobre o acampamento dos sem-terra Sebastião Lan II nas bordas da Rebio de Poço das Antas (RJ): formas de não realização da reforma agrária**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas). Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 278, 2018.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: Religião e política na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2016.

MADEIRA FILHO, Wilson; RIBEIRO, Ana M. Motta. Religião como variável interveniente. In: Ricardo Perlingeiro (Org.). **Liberdade Religiosa e direitos humanos**. Niterói: Nupej / TRF2, 2019. p. 95-110.

MADEIRA FILHO, Wilson; RIBEIRO, Ana Maria Motta; PEREIRA, Mônica Cox de Britto; PRATA FILHO, Dario de Andrade (coordenadores). **Laudo multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas**. Niterói: PPGSD-UFF, 2007.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

MELLO, P. F. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 592–610, set. 2008.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Edições Cosmos; Santos, Livraria Martins Fontes, 1975.

NOVAES, Regina R. (1997). **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, V. L. de. O assentamento como terra de missão: religião e processos de territorialização dos sem-terra no Rio Grande do Sul, Brasil. Século XXI – **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 226–259, 2014.

PINTO, Paula M. de Barros. **Assentamentos, titulação e mercado de terras**: dimensões da contrarreforma agrária no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 181, 2023.

PY, F.; PEDLOWSKI, M. A. Pentecostalização assentada no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **Perspectiva Teológica**, v. 52, n. 3, set. 2020. p. 829–852.

SANTOS, Bianca Suzy dos Reis. **Agricultura familiar e práticas de conservação da Mata Atlântica**: o caso do acampamento Sebastião Lan II. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais). Universidade Federal Fluminense, p. 42, 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.